



EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2024

Proc. Adm. nº 2502/2024

Objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VIGAS, PREGOS E PRANCHÕES - SRP

RECORRENTE: VRM COMERCIO E SERVICOS LTDA

RECORRIDA: REZEILE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

A interposição de Recurso Administrativo pela Recorrente VRM COMERCIO E SERVICOS LTDA está em conformidade com os requisitos de Admissibilidade, Legitimidade da Parte, Tempestividade, Interesse Recursal e Forma, disposto no item 10 do Edital de Pregão Eletrônico nº 060/2024.

Verifica-se também a tempestividade da peça ora apresentada, motivo pelo qual, entende-se que o Recurso impetrado deve ser conhecido.

Ademais, resta comprovado que prazo igual tiveram as demais empresas interessadas para apresentar suas Contrarrazões, em respeito aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, perpetrado pelo Art.º 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, todavia, apenas a REZEILE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA apresentou manifestação.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE.

Em um resumo sintetizado, a Licitante VRM COMERCIO E SERVICOS LTDA, interpôs recurso alegando que a proposta da recorrida, para o item 01 do presente processo, deveria ser desclassificada pela comissão, pelos seguintes motivos:

“...Houve uma modificação significativa na proposta original do licitante vencedor. Isso porque uma troca de marca MTX para FIX envolve mudanças nos preços, prazos, condições técnicas ou outras características essenciais que foram apresentadas durante a fase inicial da licitação. Tal alteração invalida a proposta, pois a torna diferente daquela que foi originalmente aceita. Não pode ser considerada erro sanável pois alterar a marca muda toda composição de preços da proposta.

Isso não pode ser autorizado após a fase competitiva, ferindo a isonomia com os demais licitantes que cuidaram para apresentar uma proposta para administração. A Lei 14.133/2021 estabelece que as propostas devem ser vinculadas estritamente aos termos do edital, e qualquer ambiguidade ou imprecisão pode comprometer a segurança do processo licitatório e prejudicar a isonomia entre os participantes....”

III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA.

Em suas contrarrazões, a Recorrida alega que houve um equívoco do operador no momento de inserir as informações de marca e modelo junto a Plataforma, conforme ponderado no referido documento.

IV – DO JULGAMENTO E DECISÃO

Em consideração ao direito de petição, constitucionalmente resguardado, passa-se a análise dos fatos ventilados na intenção de recurso manifestado na sessão de julgamento.

Cumprе destacar, por oportuno, que o PREGOEIRO realizou o julgamento do procedimento licitatório de acordo com os parâmetros delineados no edital e conforme as exigências de documentos e disposições previstas no ato convocatório, bem como observou os Princípios Constitucionais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) e os Princípios Específicos (Competitividade, Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Procedimento Formal e Julgamento Objetivo).

Inicialmente cumpre esclarecer que os documentos apresentados, referente à habilitação da empresa REZEILE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, foram analisados pelo Pregoeiro e Comissão, sendo certo de que os mesmos atenderam, na íntegra, às exigências do instrumento convocatório. Já em relação à proposta final, por se tratar de objeto que não necessita de maiores informações técnicas, o Pregoeiro solicitou, no momento oportuno, que as empresas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

vencedoras apenas assinassem a proposta final do sistema, como é feito de praxe em todos os procedimentos Licitatórios executados por esta comissão. Dito isto, ao fim da sessão, durante a fase de manifestação de intenção de recurso, a empresa VRM COMERCIO E SERVICOS LTDA manifestou seu interesse em campo próprio do sistema como preconiza o edital. Entretanto, na tentativa de evitar que o presente processo adentrasse a uma possível fase de recursos para fins meramente protelatórios, uma vez que as propostas ofertadas e documentação apresentada pelos vencedores foram verificadas pelo Pregoeiro e comissão onde não fora identificado nenhuma irregularidade, o Pregoeiro solicitou se a empresa poderia explanar, de maneira breve, qual seria sua irressignação. Na oportunidade a empresa, ora recorrente, questionou a marca ofertada pela empresa vencedora do item 01. Dito isto, o Pregoeiro esclareceu que tal fato poderia ser facilmente diligenciado através de uma solicitação de manifestação da empresa vencedora, com a eventual apresentação de proposta final devidamente adequada com as informações questionadas por tratar-se de possível erro material durante a elaboração da mesma, no entanto a empresa, ora recorrente, não entendeu ser possível prosseguir desta maneira confirmando seu interesse em dar prosseguimento com a manifestação de intenção de recurso.

Corroborando com as informações supracitadas, podemos observar nas contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida, a confirmação de que houve equívoco no momento da indicação da marca junto a plataforma, que na oportunidade foi informada a marca MTX, quando na verdade deveria constar a marca TX.

Conforme explanado no chat do referido item (01), o Pregoeiro e comissão entendem que, independente da marca/modelo ofertada, a licitante fica condicionada a cumprir com a entrega do objeto que atenda na íntegra as exigências do instrumento convocatório, conforme segue:

*“...Neste caso poderíamos solicitar uma manifestação da empresa vencedora para que possamos confirmar a questão da marca/modelo ofertado. **Ressaltando que a empresa fica condicionada a entregar produto que atenda na íntegra as exigências do instrumento convocatório, independente de marca/modelo mencionado no momento de cadastro de sua proposta...**”*

“...Lei 14.133/21 - Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que: I - contiverem vícios insanáveis; OBS: Tal fato não se trata de vício insanável, podendo facilmente ser diligenciado com a solicitação da proposta final retificada pela empresa, que na oportunidade já se manifestou com a informação de que houve equívoco no cadastro de sua proposta...”

Inobstante toda fundamentação supracitada, cabe ressaltar que trata-se de questionamento sobre um objeto (PREGO) que não carece de maiores especificações técnicas e que a informação de marca “A” ou “B” ofertada, jamais caracterizaria possível prejuízo ao caráter competitivo. Ressalta-se ainda que não existe dispositivo no edital que preveja a desclassificação de proposta para o caso em questão.

Face ao exposto, o PREGOEIRO ratifica os termos constantes da ata de julgamento referente ao processo administrativo 2502/2024 (EDITAL PE 060/2024), mantendo a decisão que foi proferida em 25/09/2024 na sua totalidade com a respectiva classificação da proposta e habilitação da licitante que apresentou a melhor oferta, e da declaração de vencedora do item 01 a empresa REZEILE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.

A consideração da Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista ser sua a competência recursal, observados o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e o de Segregação de Funções, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/21.

Sumidouro, 04 de outubro de 2024.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro

RATIFICO nos termos artigo 165, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Eliésio Peres da Silva
Prefeito Municipal